



**GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC/MRE
INSTITUTO INTERAMERICANO DE
COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA**

Entidade Executora Nacional: SDA/MAPA

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
DOCUMENTO DE REVISÃO Nº 1**

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
“Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária”.
(PCT BRA/IICA/13/004)**

Brasília – DF

Outubro de 2018



1. CONTEÚDO

1.	Conteúdo.....	2
2.	Identificação do Projeto.....	3
3.	Proposta de Revisão.....	4
4.	Objetivo.....	8
5.	Realização Orçamentária.....	10
6.	Previsão Orçamentária.....	10
7.	Matriz Lógica.....	11
8.	Execução Física.....	23



2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título:	Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária
Código:	BRA/IICA/13/004
Sede:	Brasília –DF
Área Temática:	Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos
Entidade Executora Nacional:	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Duração do Projeto:	Vigência Original: Início 26/12/2013 Término: 26/12/2018 Vigência após Revisão: Início 26/12/2013 – Término 26/12/2020
Valor do Projeto:	- Orçamento Original: R\$22.262.100,00 - Revisão nº 1 - Incremento orçamentário: R\$4.000.000,00 - Incorporação de Rendimentos: R\$2.307.744,31 -Orçamento Total: R\$ 28.569.844,31
Origem dos Recursos:	Orçamento da União - Ação 22.101.20.609.2028.2144.0001 – Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e 000 A – Apoio à reestruturação e a implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), e incorporação dos rendimentos da aplicação do IICA.
Breve Descrição:	O projeto tem como principal desafio ampliar a contribuição SDA/MAPA para o fortalecimento da defesa agropecuária brasileira na perspectiva de preservação e melhoria da condição zootossanitária, em todo território nacional e países fronteiriços, além de assegurar a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária dos insumos, alimentos e demais produtos agropecuários ofertados no país e exportados.
Objetivos da Revisão nº 1:	1) Visa incrementar o orçamento do PCT para que todas as ações e metas estabelecidas se cumpram; 2) Ampliar o prazo de execução em mais 24 meses, possibilitando o desenvolvimento de estudos preteridos inicialmente no PCT e outros introduzidos pela governança do MAPA a partir de 2016; e 3) Alteração da matriz lógica, uma vez que, alguns objetivos imediatos ficaram desatualizados e perderam no decorrer desses anos, a prioridade de execução.



3. PROPOSTA DE REVISÃO

3.1 Contextualização

Em 26/12/2013 foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/004 - PCT “Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária”, com vigência até 26/12/2018, firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/Mapa.

Em 2014 se iniciam as execuções das atividades técnicas como previsto no PCT, e em novembro de 2014 a administração da SDA assina um contrato de prestação de serviços no âmbito do PCT, em um tema de suma importância para o funcionamento da Defesa Agropecuária no Brasil. A implantação da “*Plataforma de Gestão Agropecuária*” - PGA no âmbito da SDA/MAPA. Esta Plataforma foi desenvolvida no âmbito da Confederação Nacional de Agricultura e transferida a SDA para implantação nos servidores do MAPA. O PCT tinha previsão em seu orçamento para apoiar a implantação, principalmente em validação e capacitação no uso da Plataforma. No entanto a SDA ao receber a PGA e a mesma ser analisada pela CGTI, se chegou à conclusão que para seu funcionamento harmônico com os sistemas do Ministério, seriam necessários profundos ajustes no material recebido da CNA. Estes ajustes no escopo elevaram o gasto previsto com a PGA de aproximadamente 4% no orçamento original a 67%, impedindo que fossem realizadas parte das atividades anteriormente previstas.

Em janeiro de 2015, assume na SDA uma nova equipe, a qual toma medidas operacionais para priorizar alguns temas e introduzir novas demandas identificadas pela nova administração. É confirmada a prioridade dada a PGA, inclusive com a criação no âmbito da Secretaria de uma nova Coordenação Geral para acompanhar sua implementação, enquanto se desenvolvia um novo esquema de planejamento a médio prazo que desemboca na elaboração do *Plano de Defesa Agropecuária* em meados de 2015. A partir da aprovação do Plano, as prioridades do PCT passam a estar alinhadas com ele e alguns objetivos imediatos, como o seis, diminuem de prioridade, sendo que para os outros objetivos imediatos foram priorizadas atividades estruturantes em cada objetivo imediato, como indicado a seguir.

Foi dada prioridade em cada objetivo imediato a atender atividades de modernização institucional, tais como modernização da legislação e desburocratização, em prejuízo de atividades de natureza mais técnica ou científica. Também se priorizam estudos para a elaboração e a negociação de uma Carta-Consulta junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para implementação de parte importante do PDA, o que finalmente ocorreu no segundo semestre de 2017. Adicionalmente, em 2017 e como resultado da “Operação Carne Fraca”, se tornou necessário aprofundar e acelerar propostas de grandes modificações institucionais na Defesa Agropecuária, tendo sido o atual PCT instrumento fundamental na contratação de estudos que estão viabilizando novos processos, procedimentos e a realização de um estudo para implementação de um novo modelo jurídico para a Secretaria de Defesa Agropecuária, o qual deverá ser analisado pelo Congresso Nacional ainda em 2018, para implementação em 2019. Assim o objetivo maior desta revisão é reconhecer que as necessidades originais evoluíram e ajustar o PCT a prioridade de modernização institucional, sendo o mesmo o principal instrumento de apoio ao processo de transição.



3.2 Resultados Estruturantes alcançados com suporte do PCT

Como indicado, foi dada prioridade nos recursos do PCT a ações e atividades estruturantes. A maior delas foi a implantação da Plataforma de Gestão Agropecuária, a qual busca modernizar todos os sistemas informáticos da Defesa Agropecuária, em uma só plataforma e base de dados únicas. Neste sistema os próprios clientes da Defesa passam a administrar suas demandas, como por exemplo registro de produtos ou estabelecimento, diminuindo drasticamente o tempo e custo dos processos. Além da ênfase na melhora de processos, se deu especial atenção a mudanças na organização institucional, aperfeiçoando pouco a pouco um modelo criado em novembro de 1977. Em julho de 2015 foi aprovada uma nova organização da Secretaria Defesa Agropecuária, alterando a estrutura anterior em alguns pontos, mas preservando os conceitos existentes. Esta transformação não foi totalmente implementada, já que com a absorção do Ministério da Pesca e Aquicultura pelo MAPA em outubro de 2015 se tornou necessário absorver áreas deste Ministério relacionadas à Defesa Agropecuária. Nesta mesma ocasião foi reiniciada a discussão de como organizar as Superintendências Federais de Agricultura (SFA) de forma a melhor atender o usuário dos serviços prestados pelo MAPA.

Em paralelo, foi elaborado em 2015 o Plano de Defesa Agropecuária, como instrumento de planejamento de médio prazo, e iniciou-se um processo de reorganização institucional que visa melhorar o desempenho da defesa agropecuária, incluindo desburocratização, comunicação, planejamento e monitoramento das ações, descentralização de recursos, capacitação continuada dos servidores, etc. A primeira medida foi a reorganização da Secretaria, onde foram recriadas as áreas de Planejamento, Acompanhamento e Controle; e criadas novas áreas de Inteligência e Análise de Risco, além de uma área de Automação, responsável pela PGA.

O Plano de Defesa Agropecuária (PDA), lançado em maio de 2015 em solenidade no Palácio do Planalto, é um instrumento de planejamento estratégico, com uma visão de médio e longo prazos para orientar as transformações e investimentos necessários para adequar a instituição as demandas oriundas do gigantesco salto dado pela agropecuária brasileira no período 1995-2015, onde o Brasil passou a ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo.

O PDA está organizado em seis eixos de ação para enfrentar os principais desafios para que o país possa continuar aumentando a sua produção agropecuária, garantir o acesso dos consumidores a produtos sanitariamente inócuos e expandir o mercado internacional. Os seis eixos de ação são: (i) Modernização e Desburocratização; (ii) Fortalecimento e Modernização do Marco Regulatório; (iii) Fortalecimento do Conhecimento e Suporte Estratégico; (iv) Implantação e Fortalecimento de Programas e Projetos Técnicos Prioritários; (v) Sustentabilidade da Defesa Agropecuária; e (vi) Implantação de um Sistema de Avaliação e Monitoramento. Para cada eixo do PDA foram identificados e priorizados projetos, ações e atividades específicas que levariam a uma mudança profunda no status quo vigente.

No que diz respeito a implantação do PDA, avanços consideráveis estão sendo alcançados nos Eixos que não dependem de investimentos, como são os Eixos de Modernização e Desburocratização; Marco Regulatório; Sustentabilidade Institucional; e Monitoramento e Avaliação.

No que diz respeito a **Modernização e Desburocratização** foram tomadas muitas medidas, entre as quais se destacam:

- (a) *Além dos grandes marcos legais, desenvolvidos no eixo Regulatório, foram ajustados inúmeros decretos, portarias e instruções normativas, buscando modernizar o sistema produtivo e diminuir a carga de trabalho dos auditores fiscais. Um exemplo recente é o sistema informatizado para aprovação de novos rótulos de alimentos, que automatiza o processo diminuindo custos para o governo e setor privado. Outro exemplo de sistema atualmente em testes diminuiu em 80% o tempo nos portos dos containers com produtos carnes a serem exportados.*
- (b) *Outro sistema em funcionamento, implantou a concessão automática de registro dos produtos de origem animal - carnes, mel, ovos, pescados e derivados (Decreto 8.681, de 23 de fevereiro de 2016). A simplificação dos processos reduz a necessidade de força de trabalho em atividades de registro, que pode ser direcionada para a fiscalização.*

No que diz respeito ao **Marco Regulatório** foram tomadas as seguintes grandes medidas:

- (a) Edição do Manual de Boas Práticas regulatórias e estabelecimento de uma Divisão junto ao Gabinete do Secretário, com o objetivo de melhorar a qualidade do processo regulatório;
- (b) Proposta de projeto de lei de Defesa Vegetal, substituindo a atual de 1934 foi enviada a Casa Civil;
- (c) Atualização do Regulamento de Inspeção Industrial de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, Decreto Nº 9.013 de 31/03/2017, substituindo Decreto de 1952.

Em termos de impacto de longo prazo, o Eixo de Sustentabilidade Institucional pode ser considerado o mais importante. Dado a sua importância e ao alto grau de suscetibilidades e resistências a mudanças do público interno se optou por mudanças graduais e que não causassem risco as operações do sistema, tendo em vista o alto grau de dependência do setor produtivo ao trabalho da Defesa Agropecuária. Estas mudanças incrementais se orientam por uma estratégia de médio prazo, onde a meta final é o estabelecimento de uma instituição semiautônoma responsável pela Defesa Agropecuária Federal em todo o Brasil, modelo adotado na maioria absoluta dos países.

- (a) O primeiro passo nas mudanças institucionais se deu por meio do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, onde foram criadas novas áreas transversais que dessem à Secretaria instrumentos de gerenciar o PDA, planejar de forma estratégica e monitorar e avaliar. Nesta pequena reforma foram recriadas as áreas de Planejamento, Acompanhamento e Controle; e criadas novas áreas de Inteligência e Análise de Risco, uma área de Automação, uma área de relações internacionais e uma área de boas práticas normativas. Já uma medida de maior impacto foi a transferência dos Lanagros para a SDA com este mesmo Decreto. Eles antes estavam supervisionados administrativamente pela Secretaria Executiva
- (b) O Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, permitiu introduzir modificações nas áreas técnicas existentes, mudando o enfoque de trabalho de alguns Departamentos para uma atuação por processos, o que já resultou em ganhos de eficiência. Os Departamentos com



maiores mudanças foram o DSA e o DIPOA, os quais foram reestruturados segundo um modelo de trabalho por processos, e fortalecidos por meio do estabelecimento de novas coordenações gerais, coordenações, divisões e serviços, além de reforço de pessoal.

- (c) O Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, buscou ajustar outras áreas da Secretaria, tendo em vista a transferência da Secretaria de Pesca do MAPA para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Como resultado das mudanças incrementais mencionadas anteriormente, se nota uma sensível melhora no desempenho da defesa agropecuária, incluindo desburocratização, comunicação, planejamento e monitoramento das ações, descentralização de recursos, capacitação continuada dos servidores, etc.

No entanto, e como resultado dos problemas identificados na fiscalização da industrialização da carne, no contexto da “Operação Carne Fraca”, várias das atividades que estavam sendo planejadas para serem realizadas a mais longo prazo foram antecipadas. Tais medidas incluem a elaboração de proposta para total reformulação do Sistema de Defesa Agropecuária com a transformação da SDA num órgão com maior autonomia administrativa, com função principal de ditar políticas de defesa agropecuária e exercer o poder de polícia do Estado sobre as atividades do setor. Este ente seria apoiado por outro de caráter privado que assumiria atividades que não impliquem o poder de polícia administrativa. Os estudos básicos para implementação dessas mudanças estão em andamento, com perspectiva de serem enviados como Projeto de Lei ao Congresso Nacional em maio de 2018.

A operação “Carne Fraca” também deixou claro que a maior fragilidade do sistema estava no modelo de gestão da força de trabalho, ou na cadeia de comando e controle dos auditores fiscais, principalmente nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vigilância internacional. O modelo atual, implantado na reforma administrativa de 1977, poderia ser adequado a um Brasil importador de alimentos e com outro modelo de governança político-institucional, mas impossível de ser administrado no ambiente e demandas atuais.

Assim, por meio do Decreto nº 9.250 de 26 de dezembro de 2017, se implementa um novo modelo de gestão do corpo técnico do DIPOA/SIF e do Vigiagro. Este novo modelo possibilita uma melhor gestão da força de trabalho, a qual passa ser única para cada unidade, permitindo seu deslocamento sem as barreiras burocráticas de unidades estaduais como são as SFAs. Tanto o SIF quanto o Vigiagro atuam em ambientes sobre inspeção federal, o que torna a visão e gestão por unidade da federação anacrônica e de maior custo. Importante notar que esta medida já adianta de forma piloto a proposta contida no Projeto de Lei para toda a Defesa Agropecuária.

3.2 Análise da Execução

A execução do PCT demonstra, desde o início, excelentes níveis de desempenhos. O projeto, com execução inicial prevista para 60 meses, já cumpriu 56 meses do prazo, comprometeu 99,78% dos recursos e desembolsou 82,06% dos recursos originalmente previstos, estando previsto para setembro o pagamento final do maior contrato em andamento, o que levará o nível de desembolso a 99,78%. O saldo do projeto a ser executado e orçamentário do projeto é de R\$ 28.367,27 (vinte e oito mil trezentos e



sessenta e sete Reais e vinte e sete centavos), já incluído os valores comprometidos para pagamentos futuros, e pagamento do TIN até o final atual da execução do PCT.

Sob o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/004 foram realizados, a partir do 2º (segundo) semestre do ano de 2014, 50 (cinquenta) contratos de serviços incluindo consultorias nacionais, de pessoas físicas e jurídicas. Dos contratos, 07 (sete) estão em andamento. Até o momento, os recursos comprometidos são da ordem de 95,67% do orçamento aplicado. Vale ressaltar que há 02 (duas) consultorias com previsão de contratação no primeiro semestre de 2018.

A execução das ações do PCT demonstra a capacidade de gestão de contratos, com definição adequada de escopo e qualidade dos serviços de consultoria. Esta evolução é consequência do aprendizado em ajustes, tanto na busca de profissionais adequados para os projetos, quanto no acompanhamento das atualizações e especificamente nas tecnologias da PGA que determinou grande avanço ao MAPA, por meio de sua capacidade de Integração entre os diversos entes relacionados a este Ministério, estabelecendo vínculo de informações estratégicas entre as bases oriundas dos Estados ou do próprio Ministério.

O PCT contabiliza importantes avanços em resultados de estudos e pesquisas que acompanham o ritmo das mudanças regulatórias e tecnológicas no que tange a busca contínua pela evolução e adaptação dessa Plataforma. A situação atual é favorável ao Projeto em termos de demandas por soluções, mobilização das partes envolvidas e alcance dos resultados pretendidos. Dessa forma, qualquer barreira aos avanços conseguidos até o presente momento, traria descontinuidade e inibiria os futuros resultados do PCT, com repercussões negativas ao processo da universalização para o Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária.

As contribuições do PCT têm propiciado experiências de aperfeiçoar ações que visam assegurar o alimento seguro, a sanidade dos animais e vegetais, e a idoneidade dos insumos usados nas atividades agropecuárias, salvaguardando o abastecimento interno e a saúde pública, além de promover a competitividade das exportações dos produtos agropecuários.

A prorrogação solicitada, permitirá incorporar ao orçamento do Projeto o valor de R\$ 2.307.744,31 (dois milhões e trezentos e sete mil e setecentos e quarenta e quatro Reais e trinta e um centavos), resultantes dos rendimentos realizados pelo IICA até 31/07/2018¹, e também um aporte adicional de recursos no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de Reais) é compreendida como medida oportuna e importante pelos benefícios gerado. Desta forma o orçamento será ampliado em cerca de 28,33%.

Esta solicitação de aporte de recursos tem o propósito de permitir a realização de vários estudos adicionais, os quais foram previstos no planejamento original, mas não puderam ser contratados por não contarem com provisão orçamentaria.

4. OBJETIVO

¹ A incorporação dos recursos aplicados pelo IICA durante a execução do Projeto está prevista no corpo do PCT, especificamente no Capítulo 10, Item 6 que reza “*Serão apropriados ao orçamento do PCT os rendimentos eventualmente auferidos de aplicação financeira, efetuada pelo IICA, com recursos de contrapartida nacional.*”



Os objetivos do PCT – BRA/IICA/13/004, com título “Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária” permanecem atuais e adequados. As atividades prosseguem gerando resultados que visam aprimorar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

O objetivo de desenvolvimento do PCT seus objetivos imediatos e resultados estão sendo fortalecidos em virtude de sua importância no cenário atual com a nova governança do MAPA, com o direcionamento e orientação para o fortalecimento de alguns eixos temáticos e diretrizes de desenvolvimento, sempre tendo como objetivo o fortalecimento da defesa agropecuária, que pela sua abrangência e envergadura, incorporam conteúdos, que em certos casos, são de aplicação imediata dos estudos realizados pelos especialistas contratados pelo projeto, dentro do escopo do PCT BRA/IICA/13/004.

Os Objetivos imediatos e resultados esperados do PCT atendem plenamente as ações complementares desejadas. Porém, e em função de novas atividades que Secretaria de Defesa Agropecuária absorveu nos últimos anos, os produtos dos Objetivos Imediatos ficaram desatualizadas e perderam, no decorrer desses anos, a prioridade de execução. Desta forma, propõe-se a alteração na Matriz Lógica inicial do PCT. Por outro lado, o que se propõe também é o ajuste dos recursos orçamentários previstos inicialmente no PCT para o aprimoramento e a conclusão dos objetivos imediatos e produtos preconizados.

Os objetivos desta proposta de revisão são condizentes com o Plano de Ação inicial, configurado na Matriz Lógica do Projeto, sendo também consistente aos resultados esperados e, por esta razão o PCT será mantido em seus objetivos com alguns ajustes. Estes ajustes contemplam a exclusão de alguns dos produtos que não mais serão executados no âmbito deste PCT (1.3, 1.4, 1.5, 1.7; 2.2; 2.9, 2.10; 3.5; 4.3; 4.5; 5.3; 5.5; 6.1; 6.2; 6.4; 6.6 e 8.2). Os produtos que serão suspensos temporariamente e que deverão ser objeto de estudo para avaliação, a saber: (2.6; 5.2; 7.3 e 7.4) e finalmente a inclusão de 03 (três) produtos (5.11; 5.12;5.13 e 9.04) em substituição aos excluídos.

Tal ajuste prende-se ao fato da dinâmica da administração pública aonde serão necessárias ações complementares para atender as demandas das áreas técnicas, que encontram consonância aos eixos temáticos propostos pelo PCT e as atuais diretrizes do Plano de Defesa Agropecuária. Nesta perspectiva, a previsão de alguns produtos não será suficiente para alcançar as novas necessidades sugeridas para realização de todas as ações possíveis e necessárias para o alcance das metas propostas pelo projeto, fazendo-se necessário recorrer um pedido de ajustes na matriz lógica do PCT BRA/IICA/13/004, a fim de adequá-los à realidade das necessidades da SDA/MAPA.

O prazo previsto para cumprir com o alcance das metas propostas inicialmente e aquelas incorporadas durante a execução, assim como a previsão orçamentaria original não são suficientes, sem uma ampliação de prazo e complementação de recursos. O aumento de prazo em 24 (vinte e quatro) meses está vinculado à necessidade de incorporar novos estudos que foram sendo demandados com o processo de mudanças estruturais em curso na Secretaria de Defesa Agropecuária, alguns deles vislumbrados a partir da “Operação Carne Fraca” de março de 2017, e da “Operação Trapaça” em fevereiro de 2018. A possibilidade de contar com apoio do PCT e seu apoio técnico é e será imprescindível no pronto atendimento das novas demandas.

Já a complementação orçamentária é necessária principalmente pela decisão da administração anterior de contratar através do PCT todo o trabalho de adaptação da PGA, o qual teve custos muito acima do



previsto no orçamento original para suporte a plataforma. Além disso é necessário continuar o apoio a atividades estruturantes de reorganização da Secretaria de Defesa Agropecuária e suas unidades.



5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro de execução Orçamentária do Projeto: BRA/IICA/13/004

Linha Orçamentária	Orçamento Original	2014	2015	2016	2017	2018*	Execução acumulada até Ago/2018	Saldo Orçamentário
3. Capacitação	7.272.000,00	12.559,70	390.535,51	22.750,00	60.741,40	24.607,50	511.194,11	6.760.805,89
8. Contratos por Resultado e Serviços	13.930.000,00	4.400.318,61	3.722.904,24	2.796.566,16	3.651.084,42	2.344.384,88	16.915.258,31	-2.985.258,31
Subtotal	21.202.000,00	4.412.878,31	4.113.439,75	2.819.316,16	3.711.825,82	2.368.992,38	17.426.452,42	3.775.547,58
TIN (5%)	1.060.100,00	220.643,92	205.671,99	140.965,81	185.591,29	118.449,62	871.322,62	188.777,38
Total	22.262.100,00	4.633.522,23	4.319.111,74	2.960.281,97	3.897.417,11	2.487.442,00	18.297.775,04	3.964.324,96

* Referente ao período de janeiro a agosto de 2018

Linha Orçamentária	Orçamento Original	Realocação entre OGMs	Orçamento Original Apos Realocação	Orçamento Revisão Nº1	Total Orçamento Após Revisão
3. Capacitação	7.272.000,00	-6.710.873,43	561.126,57	505.375,53	1.066.502,10
8. Contratos por Resultado e Serviços	13.930.000,00	6.710.873,43	20.640.873,43	5.502.000,00	26.142.873,43
Subtotal	21.202.000,00	0,00	21.202.000,00	6.007.375,53	27.209.375,53
TIN (5%)	1.060.100,00	0,00	1.060.100,00	300.368,78	1.360.468,78
Total	22.262.100,00	0,00	22.262.100,00	6.307.744,31	28.569.844,31

6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando os atuais contratos e o plano de ação proposto, o cronograma orçamentário a seguir demonstra as execuções a serem realizadas pelo PCT até 2020.

Linha Orçamentária	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
3. Capacitação	12.559,70	390.535,51	22.750,00	60.741,40	74.539,96	209.523,81	295.851,72	1.066.502,10
8. Contratos por Resultado e Serviços	4.400.318,61	3.722.904,24	2.796.566,16	3.651.084,42	6.070.000,00	3.600.000,00	1.902.000,00	26.142.873,43
Subtotal	4.412.878,31	4.113.439,75	2.819.316,16	3.711.825,82	6.144.539,96	3.809.523,81	2.197.851,72	27.209.375,53
TIN (5%)	220.643,92	205.671,99	140.965,81	185.591,29	307.227,00	190.476,19	109.748,45	1.360.468,78
Total	4.633.522,23	4.319.111,74	2.960.281,97	3.897.417,11	6.451.766,96	4.000.000,00	2.307.744,31	28.569.844,31

7. MATRIZ LÓGICA

Objetivo Imediato 1: Modernizar e aumentar a eficiência do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
1.1. Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional aperfeiçoado com base no Estudo da Estrutura e Logística das Cadeias Produtivas do Agronegócio, e da Legislação e Regulamentos do Comércio Internacional.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura das Cadeias Produtivas do Agronegócio Brasileiro Estudadas; ▪ Caracterização da Logística e Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro; ▪ Rotas de Trânsito Nacional e Internacional Mapeadas; ▪ Estudos de Impacto das Ações da Vigilância Agropecuária Apresentados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados; ▪ Documentos, relatórios de seminários e oficinas.
1.2. Processos da Vigilância Agropecuária Internacional mapeados e aperfeiçoados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapas de processos de importação e exportação de bens e materiais de interesse agropecuário; ▪ Pontos fortes e fracos dos processos de Vigilância Agropecuária identificados; ▪ Ferramentas de monitoramento dos processos de Vigilância Agropecuária Internacional desenvolvidas; ▪ Ferramentas de tecnologia da informação aplicáveis identificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados; ▪ Processos mapeados; ▪ Banco de dados gerado; ▪ Riscos e perigos monitorados.
1.3. Métodos de avaliação de risco nos processos da Vigilância Agropecuária Internacional propostos e validados. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais produtos de risco identificados; ▪ Principais processos de risco da Vigilância Agropecuária Internacional monitorados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos e Relatórios técnicos.
1.4. Sistemas de Fiscalização de Fronteiras de Países de Referência em Defesa sanitária Animal e Vegetal conhecidos. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviços de Fiscalização de Fronteira Conhecidos; ▪ Seminários Realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados.



<p>1.5. Plano de Gerenciamento de Crises da Vigilância Agropecuária Internacional proposto e validado. Status; CANCELADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Gerenciamento de Crises e Planos de Contingência adotados em 100% das unidades do VIGIAGRO 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos, relatórios de seminários e oficinas.
<p>1.6. Mecanismos de inspeção não invasiva na fiscalização de cargas e passageiros propostos e validados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo realizado; ▪ Projeto Piloto Implantado; ▪ Estudo ajustado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados. ▪ Projeto realizado.
<p>1.7. Metodologia de Avaliação de Risco dos resíduos sólidos do trânsito Internacional de produtos agropecuários proposta e validada. Status: CANCELADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo realizado; ▪ Critérios de Amostragem para Fiscalização Identificados; ▪ Metodologia desenvolvida 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos, relatórios de seminários e oficinas.



Objetivo Imediato 2: Contribuir com a atualização e o aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Sanidade Vegetal, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
2.1. Sistema de Quarentena Vegetal brasileiro fortalecido.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos validados e adotados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos; ▪ Informes e publicações
2.2. Apoio no planejamento da implantação e operação de uma Estação de Quarentena Vegetal do MAPA em área própria, da fazenda Ipanema, município de Iperó/SP. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos elaborados e validados através de reuniões e consultas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório dos estudos realizados. ▪ Documentos
2.3. Proposta para a criação da Unidade de Análise de Risco de Pragas, subordinada ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA proposta e validada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos elaborados e validados através de reuniões e consultas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório dos estudos realizados. ▪ Documentos
2.4. Sistema de vigilância fitossanitária com ênfase em procedimentos de detecção de pragas e ações de controle aperfeiçoado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos validados e adotados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos; ▪ Informes e publicações
2.5. Procedimentos da metodologia utilizada pelo Programa Nacional de Erradicação da Mosca da carambola aperfeiçoados, harmonizados e implementados, com incorporação de elementos de sustentabilidade ambiental e inovação tecnológica.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos utilizados em estratégias técnicas ▪ Instrumentos utilizados em estratégias educativas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registros técnicos e relatórios de consultorias
2.6. Resultados técnicos adotados no processo de detecção precoce, controle e erradicação da mosca-da-carambola (<i>Bactrocera carambolae</i>) ampliados e compartilhados com programas similares. Status: SUSPENSO	<ul style="list-style-type: none"> • Um guia para harmonização da coleta nacional de dados elaborado e validado. • Referências técnicas do Programa, organizadas, adotadas, publicadas e divulgadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios das visitas técnicas ▪ Relatórios técnicos; ▪ Informes e publicações

2.7. Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola revisado e atualizado.	<ul style="list-style-type: none"> • Programa atualizado e adotado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos ▪ Informes e publicações
2.8. Estratégias técnicas e educativas em favor da prevenção, controle e erradicação de pragas quarentenárias presentes no território nacional propostas e validadas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Um guia para implantação de programas específicos elaborado e validado. ▪ Um guia de estratégias educativas elaborado e validado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimentos ▪ Guias ▪ Relatórios técnicos.
2.9. Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, sobre o tema, conhecidas. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitas técnicas realizadas ▪ Experiências compartilhadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios das visitas técnicas
2.10. Sistema de informação referente aos Programas Nacionais de Erradicação de pragas de importância quarentenária aperfeiçoado. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema desenvolvido e adotado pelo MAPA. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de procedimentos ▪ Relatórios técnicos.



Objetivo Imediato 3: Apoiar os países transfronteiriços com o Brasil com vistas a Erradicação da Mosca da Carambola.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
3.1. Sistemas de detecção da mosca da carambola nos países participantes do projeto harmonizados e fortalecidos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3 países com Sistemas de detecção estabelecidos conforme manual de procedimentos regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios de atividades de monitoramento.
3.2. Sistema regional de informações organizado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema desenvolvido e adotado pelos 3 países. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados.
3.3. Apoiar a cooperação técnica entre os países envolvidos no projeto promovendo a atualização e harmonização de procedimentos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimentos harmonizados e implantados nos 3 países. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento contendo diagnóstico da estrutura atual realizado nas 27 UFs.
3.4. Intercâmbio de experiências realizado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de visitas técnicas ▪ Participação em eventos técnico-científicos em moscas das frutas; ▪ Reuniões técnicas e de gestão dos 3 países realizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final do estudo realizado.
3.5. Estimular a criação de uma rede de PD&I nos países da região. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede de PD&I criada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos elaborados e implementados.
3.6. Implantar as zonas de integração de alta vigilância e controle nas regiões de fronteiras dos países com presença da praga.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de vigilância e controle nas fronteiras em funcionamento. ▪ Áreas tampão delimitadas e instituídas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos da cada país.
3.7. Áreas tampão caracterizadas nas regiões transfronteiriças e implantação da zona de alta vigilância proposta.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas tampão caracterizadas, delimitadas e instituídas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta técnica elaborada.



Objetivo Imediato 4: Contribuir com a atualização e aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal/DIPOV/SDA, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
4.1. Legislação vinculada a temática da Inspeção de Produtos de Origem Vegetal aperfeiçoada e atualizada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos elaborados e validados através de reuniões e consultas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação em D.O. ou equivalente.
4.2. Panorama brasileiro referente aos riscos à inocuidade dos Produtos de origem vegetal conhecidos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de gerenciamento de informações. Grupo de assessoramento científico e estatístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de diagnóstico da estrutura atual realizado nas 27 UFs.
4.3. Metodologia de Análise de Riscos para fins de adoção de medidas com base em princípios e testes científicos, proposta e implementada. Status: CANCELADO.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de proposta elaborado. ▪ Número de Workshop e reuniões realizados ▪ Grupo de trabalho instituído ▪ Acordos de cooperação instituídos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final do estudo realizado.
4.4. Estratégia de melhoria continua de processos, com base em decisões adotadas e dados coletados e analisados proposta e validada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ferramentas padronizadas para cada objetivo; ▪ Número de reuniões periódicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos elaborados e implementados.
4.5. Sistema de certificação de produtos de origem vegetal operando com seus processos sistematizados, aperfeiçoados e validados. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos validados e adotados ▪ Sistema aperfeiçoado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos de cada país.
4.6. Análise de contaminantes em produtos de origem vegetal realizada e medidas de mitigação de risco proposta e adotada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contaminantes identificados, quantificados e monitorados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta técnica elaborada.

Objetivo Imediato 5: Aprimorar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
5.1. Intercâmbio de experiências nacionais e com outros países promovido.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de eventos para intercâmbio realizados. ▪ Número de experiências compartilhadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos, relatórios de seminários e oficinas.
5.2. Estudos de sistemas unificados de sanidade agropecuária e de centros de controle de doenças, em países selecionados, realizados. Status: SUSPENSO.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de estudos realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados.
5.3. Procedimentos para participação em fóruns internacionais aperfeiçoados, propostos e validados. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de encontros/ano da SDA com a cadeia produtiva previamente às reuniões internacionais. ▪ Número de representantes de entidades da cadeia produtiva participando de reuniões prévias de encontros de comitês internacionais por ano. ▪ Instrumento para homologar as decisões do serviço frente às pautas das reuniões internacionais ▪ Sistema de divulgação de resultados e acordos realizados nas reuniões de comitês internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final dos estudos realizados
5.4. Estrutura atual das Unidades da Federação em relação às suas responsabilidades no SUASA mapeada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnóstico da atual estrutura (humana, física e legal) das UFs com vistas à sua integração ao SUASA realizado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento diagnóstico da estrutura atual realizado nas 27 UFs.
5.5. Estudo das atribuições das diferentes instâncias (municipal, estadual e federal) nos diferentes SISBIs realizado. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo realizado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório final do estudo realizado.
5.6. Eventos nacionais e internacionais para avaliação e sensibilização quanto à implementação do SUASA realizados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de eventos nacionais/internacionais realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos, relatórios de avaliação dos eventos.

5.7.	Estratégia de aprimoramento do SUASA proposta e validada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento elaborado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos e de consultorias.
5.8.	Estudos para implantação Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária realizado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos Validados. ▪ Resultados verificados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos ▪ Relatórios e informes ▪ Atos oficiais.
5.9.	Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) validada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PGA operando. ▪ Resultados verificados. ▪ Adequações realizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos ▪ Relatórios e informes ▪ Atos oficiais.
5.10.	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica e Núcleo de Projetos Especiais da SDA propostos e validados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Núcleos operando. ▪ Resultados verificados. ▪ Adequações realizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos ▪ Relatórios e informes.
5.11.	Estudo de adequação do Marco Legal Federal referente à sanidade animal, sanidade vegetal, inspeção e fiscalização de produtos de origem agropecuária e de insumos elaborada. Status: NOVO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo validado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos e de consultorias ▪ Minuta de Projeto de Lei (ou de Leis) elaborada (s).
5.12.	Elaboração de projeto de financiamento internacional no modelo Projeto por Resultados junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para apoio à implementação das ações do PDA. Status: NOVO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto elaborado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto contratado
5.13.	Estudo para à implementação do novo modelo jurídico da SDA e de suas entidades colaborativas associadas. Status: NOVO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo realizado e validado. ▪ Estratégia de implementação proposta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos ▪ Relatórios e informes ▪ Atos Oficiais.

Objetivo Imediato 6: Contribuir com a atualização e aperfeiçoamento da gestão estratégica do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal/DIPOA/SDA, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
6.1. Panorama brasileiro referente aos riscos à inocuidade dos Produtos de origem animal conhecidos. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de gerenciamento de informações. Grupo de assessoramento científico e estatístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos ▪ Informes ▪ Documentos
6.2. Metodologia de Análise de Riscos para fins de adoção de medidas com base em princípios e testes científicos, proposta e implementada. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de proposta elaborado. ▪ Número de Workshop e reuniões realizados ▪ Grupo de trabalho instituído ▪ Acordos de cooperação instituídos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos ▪ Relatórios e informes ▪ Atos oficiais.
6.3. Estratégia de melhoria continua de processos, com base em decisões adotadas e dados coletados e analisados proposta e validada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ferramentas padronizadas para cada objetivo; ▪ Número de reuniões periódicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos ▪ Informes
6.4. Sistema de certificação de produtos de origem animal e seus processos sistematizados, aperfeiçoados e validados. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos validados e adotados ▪ Sistema aperfeiçoado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios e Informes
6.5. Sistema de Inspeção de produtos de origem animal aperfeiçoado e validado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos validados e adotados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios e documentos
6.6. Análise de contaminantes em produtos de origem animal realizada e medidas de mitigação de risco proposta e adotada. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contaminantes identificados, quantificados e monitorados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório ▪ Plano instituído.



Objetivo Imediato 7: Aperfeiçoar iniciativas, estratégias e políticas de informação, comunicação e educação sanitária em inspeção sanitária de alimentos que contribuam para melhorar o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal/DIPOA/SDA.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
7.1. Procedimentos padronizados de elaboração de informes (nota técnica, ações fiscais, resultados de programas) instituídos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de procedimentos adotados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos
7.2. Estratégias de formulação pedagógica, elaboração de conteúdos técnicos e emprego de recursos didáticos em programas e eventos de capacitação (presencial e à distância) revistas, aperfeiçoadas e validadas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de propostas pedagógicas elaboradas com linguagem própria. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios de consultorias realizadas. ▪ Material didático produzido.
7.3. Sistema de comunicação do DIPOA com entidades e usuários aperfeiçoado. Status: SUSPENSO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de participações em reuniões de câmaras setoriais do MAPA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios ▪ Informes
7.4. Procedimentos para respostas as demandas recebidas através dos canais de comunicação existentes padronizados e divulgados. Status: SUSPENSO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimentos adotados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos
7.5. Normas do DIPOA atualizadas e harmonizadas com diretrizes internacionais e normas nacionais hierarquicamente superiores.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimentos adotados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos
7.6. Metodologia de divulgação de normas e diretrizes, ações técnicas e orientações ao consumidor proposta e adotada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgações realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informes e Relatórios técnicos
7.7. Procedimento de controle, aplicação e cumprimento de normas técnicas aperfeiçoado e padronizado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimento aperfeiçoado e padronizado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios técnicos

Objetivo Imediato 8: Aperfeiçoar e validar modelo de análise de riscos aplicado à fiscalização de insumos pecuários.

Produtos		Indicadores	Meios de Verificação
8.1	Modelo de avaliação de riscos associados ao uso de insumos pecuários aperfeiçoado e validado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de diagnósticos realizados. ▪ Número de estudos de impacto e priorização realizados. 	Relatório final dos estudos realizados.
8.2	Sistema de gestão de riscos aperfeiçoado e validado. Status: CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema aperfeiçoado. ▪ Cadeias e riscos gerenciados. ▪ Resultados verificados. ▪ Adequações realizadas. 	Relatórios técnicos e publicações.
8.3	Sistema de comunicação de riscos aperfeiçoado e validado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos de comunicação aprimorados. 	Relatórios técnicos e publicações.

Objetivo Imediato 9: Aprimorar e validar a Gestão Estratégica da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

Produtos	Indicadores	Meios de Verificação
9.1. Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, relacionadas ao tema conhecidas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de eventos para intercâmbio realizados. ▪ Número de experiências compartilhadas. 	Documentos, relatórios de seminários e oficinas.
9.2. Componentes para a execução da Gestão Estratégica da CGAL e Lanagros, com vistas a prover informações para a execução das Reuniões de Análise Estratégica do Mapa aperfeiçoados e validados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de avanço da adoção dos componentes para execução da Gestão Estratégica com base nas diretrizes definidas. 	Relatório final da RAE da CGAL.
9.3. Ferramentas de gerenciamento de projetos aperfeiçoadas e validadas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos conduzidos conforme ferramenta. 	Documentos de gestão de projetos utilizados.
9.4. Estudo de demandas de análises laboratoriais para os programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Status: NOVO	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um estudo de projeção da produção agropecuária brasileira para os próximos 20 anos. • Realização de um diagnóstico da rede de laboratórios do MAPA e de sua rede credenciada. • Estimativa de demanda de análises laboratoriais para os programas e controles oficiais do MAPA para os próximos 20 anos. 	Relatório final dos estudos de demandas.



8. EXECUÇÃO FÍSICA

Objetivo Imediato 1. Modernizar e aumentar a eficiência do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
1.1. Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional aperfeiçoado com base no Estudo da Estrutura e Logística das Cadeias Produtivas do Agronegócio, e da Legislação e Regulamentos do Comércio Internacional.												
1.2. Processos da Vigilância Agropecuária Internacional mapeados e aperfeiçoados.												
1.3. Métodos de avaliação de risco nos processos da Vigilância Agropecuária Internacional propostos e validados. Status: CANCELADO												
1.4. Sistema de Fiscalização de Fronteiras de Países de Referência em Defesa Sanitária Animal e Vegetal conhecidos. Status: CANCELADO												
1.5. Plano de Gerenciamento de Crises da Vigilância Agropecuária Internacional proposto e validado. Status: CANCELADO												
1.6. Mecanismos de inspeção não invasiva na fiscalização de cargas e passageiros propostos e validados.												



Objetivo Imediato 1. Modernizar e aumentar a eficiência do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
1.7. Metodologia de Avaliação de risco dos resíduos sólidos do Trânsito Internacional de produtos agropecuários proposta e validade. Status: CANCELADO												



Objetivo Imediato 2: Contribuir com a atualização e o aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Sanidade Vegetal, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
2.1. Sistema de Quarentena Vegetal brasileiro fortalecido.												
2.2. Apoio no planejamento da implantação e operação de uma Estação de quarentena Vegetal do MAPA em área própria, da fazenda Ipanema, Município de Iperó/SP. Status: CANCELADO												
2.3. Metodologia para a criação da Unidade de Análise de Risco de Pragas, subordinada ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA proposta e validada.												
2.4. Sistema de vigilância fitossanitária com ênfase em procedimentos de detecção de pragas e ações de controle aperfeiçoado.												

Objetivo Imediato 2: Contribuir com a atualização e o aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Sanidade Vegetal, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
2.5. Metodologia para a criação da Unidade de Análise de Risco de Pragas, subordinada ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA proposta e validada.												
2.6. Sistema de vigilância fitossanitária com ênfase em procedimentos de detecção de pragas e ações de controle aperfeiçoado. Status: SUSPENSO												
2.7. Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola revisado e atualizado.												
2.8. Estratégias técnicas e educativas em favor da prevenção, controle e erradicação de pragas quarentenárias presentes no território nacional propostas e validadas.												



Objetivo Imediato 2: Contribuir com a atualização e o aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Sanidade Vegetal, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais. (Continuação)

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
2.9. Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras sobre o tema, conhecidas. Status: CANCELADO.												
2.10. Sistema de informação referente aos Programas Nacionais de Erradicação de pragas de importância quarentenária aperfeiçoado. Status: CANCELADO												



Objetivo Imediato 3: Apoiar os países transfronteiriços com o Brasil com vistas a Erradicação da Mosca da Carambola.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
3.1 Sistemas de detecção da mosca da carambola nos países participantes do projeto harmonizados e fortalecidos.												
3.2 Sistema regional de informações organizado.												
3.3 Apoiar a cooperação técnica entre os países envolvidos no projeto promovendo a atualização e harmonização de procedimentos.												
3.4 Intercâmbio de experiências realizado.												
3.5 Estimular a criação de uma rede de PD&I nos países da região. Status: CANCELADO												



Objetivo Imediato 3: Apoiar os países transfronteiriços com o Brasil com vistas a Erradicação da Mosca da Carambola.

Produtos	Ano/Trimestre												
	Ano 5				Ano 6				Ano 7				
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	
3.6 Implantar as zonas de integração de alta vigilância e controle nas regiões de fronteiras dos países com presença da praga.													
3.7 Áreas também caracterizadas nas regiões transfronteiriças e implantação da zona de alta vigilância proposta.													



Objetivo Imediato 4: Contribuir com a atualização e aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal/DIPOV/SDA, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
4.1. Legislação vinculada a temática da Inspeção de Produtos de Origem Vegetal aperfeiçoada e atualizada.												
4.2. Panorama brasileiro referente aos riscos à inocuidade dos Produtos de origem vegetal conhecidos.												
4.3. Metodologia de Análise de riscos para fins de adoção de medidas com base em princípios e testes científicos, proposta e implementada. Status: CANCELADO												
4.4. Estratégia de melhoria continua de processos, com base em decisões adotadas e dados coletados e analisados proposta e validada.												
4.5. Sistema de certificação de produtos de origem vegetal operando com seus processos sistematizados, aperfeiçoados e validados. Status: CANCELADO												



Objetivo Imediato 4: Contribuir com a atualização e aperfeiçoamento da gestão estratégica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal/DIPOV/SDA, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
4.6. Análise de contaminantes em produtos de origem vegetal realizada e medidas de mitigação de risco proposta e adotada.												

Objetivo Imediato 5: Aprimorar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária SUASA.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
5.1. Intercâmbio de experiências nacionais e com outros países promovido.												
5.2. Estudos de sistemas unificados de sanidade agropecuária e de centros de controle de doenças, em países selecionados, realizados. Status: SUSPENSO												
5.3. Procedimentos para participação em fóruns internacionais aperfeiçoados, propostos e validados. Status: CANCELADO												
5.4. Estrutura atual das Unidades da Federação em relação às suas responsabilidades no SUASA mapeada.												
5.5. Estudo das atribuições das diferentes instâncias (municipal, estadual e federal) nos diferentes SISBIs realizado. Status: CANCELADO												
5.6. Eventos nacionais e internacionais para avaliação e sensibilização quanto à implementação do SUASA realizados.												

Objetivo Imediato 6: Contribuir com a atualização e aperfeiçoamento da gestão estratégica do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal/DIPOA/SDA, com base em princípios científicos e diretrizes internacionais.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
6.1. Panorama brasileiro referente aos riscos à inocuidade dos Produtos de origem animal conhecidos. Status: CANCELADO												
6.2. Metodologia de Análise de Riscos para fins de adoção de medidas com base em princípios e testes científicos, proposta e implementada. Status: CANCELADO												
6.3. Estratégia de melhoria contínua de processos, com base em decisões adotadas e dados coletados e analisados proposta e validada.												
6.4. Sistema de Certificação de produtos de origem animal e seus processos sistematizados, aperfeiçoados e validados. Status: CANCELADO												
6.5. Sistema de Inspeção de produtos de origem animal aperfeiçoado e validado.												
6.6. Análise de contaminantes em produtos de origem animal realizadas e medidas de mitigação de risco proposta e adotada. Status: CANCELADO												



Objetivo Imediato 7: Aperfeiçoar iniciativas, estratégias e políticas de informação, comunicação e educação sanitária em inspeção sanitária de alimentos que contribuam para melhorar o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal/DIPOA/SDA.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
7.1. Procedimentos padronizados de elaboração de informes (nota técnica, ações fiscais, resultados de programas) instituídos.												
7.2. Estratégias de formulação pedagógica, elaboração de conteúdos técnicos e emprego de recursos didáticos em programas e eventos de capacitação (presencial e à distância) revistas, aperfeiçoadas e validadas.												
7.3. Sistema de comunicação do DIPOA com entidades e usuários aperfeiçoado. Status: SUSPENSO												
7.4. Procedimentos para respostas as demandas recebidas através dos canais de comunicação existentes padronizados e divulgados. Status: SUSPENSO												
7.5. Normas do DIPOA atualizadas e harmonizadas com diretrizes internacionais e normas nacionais hierarquicamente superiores.												



7.6. Metodologia de divulgação de normas e diretrizes, ações técnicas e orientações ao consumidor proposta e adotada.											
7.7. Procedimento de controle, aplicação e cumprimento de normas técnicas aperfeiçoado e padronizado.											



Objetivo Imediato 8: Aperfeiçoar e validar modelo de análise de riscos aplicado à fiscalização de insumos pecuários.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
8.1 Modelo de avaliação de riscos associados ao uso de insumos pecuários aperfeiçoado e validado.												
8.2 Sistema de Gestão de riscos aperfeiçoado e validado. Status: CANCELADO												
8.3 Sistema de comunicação de riscos aperfeiçoado e validado.												



Objetivo Imediato 9: Aprimorar e validar a Gestão Estratégica da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

Produtos	Ano/Trimestre											
	Ano 5				Ano 6				Ano 7			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
9.1	Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, relacionadas ao tempo conhecidas.											
9.2	Componentes para a execução da Gestão Estratégica da CGAL e Lanagros, com vistas a prover informações para a execução das Reuniões de Análise Estratégica do Mapa aperfeiçoados e validados.											
9.3	Ferramentas de gerenciamento de projetos aperfeiçoadas e validadas.											
9.4	Estudo demandas de análises laboratoriais para os programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Status: NOVO											